



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO – AGEUFMA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO
SISTEMA DE JUSTIÇA – PPGDIR/CCSO

JESSÉ LINDOSO RODRIGUES

**GESTÃO DE PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
MARANHÃO:** uma análise sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas
como ferramenta utilizada para gestão de processos no âmbito da sistemática de
precedentes

São Luís

2023

JESSÉ LINDOSO RODRIGUES

**GESTÃO DE PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
MARANHÃO:** uma análise sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas
como ferramenta utilizada para gestão de processos no âmbito da sistemática de
precedentes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça.

Orientador: Prof. Dr. Newton Pereira Ramos Neto.

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rodrigues, Jessé.

GESTÃO DE PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO: uma análise sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas como ferramenta utilizada para gestão de processos no âmbito da sistemática de precedentes / Jessé Rodrigues. - 2023.

142 p.

Orientador(a): Newton Pereira Ramos Neto.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2023.

1. Acesso à justiça. 2. Gestão de processos. 3. Precedentes. I. Pereira Ramos Neto, Newton. II. Título.

JESSÉ LINDOSO RODRIGUES

**GESTÃO DE PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
MARANHÃO: uma análise sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas
como ferramenta utilizada para gestão de processos no âmbito da sistemática de
precedentes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Newton Pereira Ramos Neto (Orientador)
Doutor em Direito
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Roberto Carvalho Veloso (Examinador)
Doutor em Direito
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. James Magno Araújo Farias (Examinador externo)
Doutor em Direito

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, por sua graça e misericórdia, por sempre iluminar meu caminho, por segurar minha mão e mostrar que sou capaz e que, sim, posso conquistar tudo que quiser. Agradeço, principalmente, aos meus pais, Edson Rodrigues e Rita de Cássia Lindoso, que me ensinaram os valores religiosos e morais, sendo amigos de todas as horas, apoiando-me, incentivando e aconselhando sempre a ouvir a voz do coração.

À minha irmã, Tirza Júlia, e meus sobrinhos, Pedro Asafe e Arthur Henrique, meus príncipes, que trouxeram luz para o meu mundo, ensinando-me a ser tio e uma pessoa melhor todos os dias.

À minha namorada, Lycia Silva Ribeiro, que segurou a minha mão durante toda essa jornada. Muito obrigado por seu amor, carinho e parceria. Com você, certamente essa difícil caminhada de dois anos de mestrado se tornou mais leve e agradável. Apesar da distância entre Roraima e o Maranhão, você se fez sempre presente e foi peça fundamental para o êxito desse trabalho. Gratidão.

Aos meus amigos Yuri Givago Alhadeff, Natasha Alhadeff, Dicmares Castro, Pedro Vinícius Braga, por todo o incentivo acadêmico. Aos amigos do PPGDIR-UFMA, Gabrielle Boumann, Solânea Dias, Raíssa Campagnaro, Sarah Saad, Rodrigo Dutra, Clayrtha Gonçalves, Dennys Rodrigues, Luciana Lima, Rayane Duarte e outros. Quero deixar os meus sinceros agradecimentos a todos os amigos e companheiros de aulas e demais atividades durante os dois anos de formação no mestrado em direito e instituições do sistema de justiça. Nós fizemos história!

Sou grato ao meu orientador, professor Dr. Newton Ramos Pereira Neto que, mesmo diante das dificuldades da pandemia, mostrou-se presente em todos os momentos. O professor Newton Ramos me ensinou a enxergar uma outra perspectiva do direito. Ensinou-me a ter o verdadeiro olhar de pesquisador, ou seja, a capacidade de observar o que está acontecendo no mundo da vida, enfatizando a importância de não estarmos alheios aos fatos contemporâneos, a fim de que a pesquisa possa contribuir com o sistema de justiça.

De igual forma, agradeço aos demais professores do PPGDIR-UFMA que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional ao longo dessa jornada, em

especial aos professores Paulo de Tarso Brandão, Claudio Alberto Gabriel Guimaraes, Alexandre Reis Siqueira Freire, Roberto Carvalho Veloso, Edith Maria Barbosa Ramos, Marcia Haydee Porto De Carvalho.

Agradecimento especial às professoras Viviane Perdigão, Alyne Mendes Caldas, Thales Pereira e a toda equipe do INFOJU, bem como ao professor Marcelo de Carvalho Lima e à toda equipe da ESA-OAB Maranhão. Sem o apoio de vocês o sonho de ingressar no PPGDIR-UFMA seria bem mais difícil.

À promotora Alineide Martins Rabelo Costa, e a toda equipe da 9ª Promotoria de Justiça Especializada do termo Judiciário de São Luís, Maranhão. Débora Fialho, Fábio Boás, Marcos Lima, Mariana Matos, foi incrível viver o Ministério Público do Estado do Maranhão ao lado de vocês e aprender com mentes tão brilhantes durante todas as manhãs. Vocês me tornaram uma pessoa e profissional melhor. Serei eternamente grato por isso.

*“Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram,
nem jamais penetrou em coração humano
o que Deus tem preparado para aqueles
que o amam.”*

1 Coríntios 2:9

RESUMO

O sistema de precedentes sistematizado no CPC de 2015 passou a exigir medidas específicas e adequadas do órgão judicial, tanto para a identificação de situações nas quais é cabível a aplicação de precedente (concessão de tutela de urgência, julgamento liminar de improcedência etc.) quanto para a constatação de casos repetitivos sem precedentes firmados, que, à luz do caso concreto e sob a ótica da gestão de processos, exigirão postura diferenciada do juiz. Assim, a linha de trabalho a ser desenvolvida na pesquisa proposta terá como base o sistema de precedentes, à luz da gestão de processos, mediante o estudo das possíveis providências a serem tomadas pelo órgão judicial diante das novas disposições afetas ao tema e que possam contribuir para uma maior efetividade processual. O objetivo é correlacionar medidas e posturas judiciais ligadas a gestão de processos envolvendo litígios de massa, que poderão influenciar positivamente a consolidação do sistema de precedentes no tribunal local e, com isso, auxiliar na mitigação da crise de efetividade ainda tão presente no sistema de justiça.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Gestão de processos; Precedentes.

ABSTRACT

The system of precedents systematized in the CPC of 2015 began to demand specific and adequate measures from the judicial body, both for the identification of situations in which the application of precedent is appropriate (granting of urgent relief, injunction of groundlessness, etc.) and for the finding of repetitive cases without precedent signed, which, in the light of the concrete case and from the perspective of case management, will require a different attitude from the judge. Thus, the line of work to be developed in the proposed research will be based on the system of precedents, in the light of case management, through the study of possible measures to be taken by the judicial body in view of the new provisions affecting the subject and that may contribute for greater procedural efficiency. The objective is to correlate judicial measures and postures related to the management of cases involving mass litigation, which may positively influence the consolidation of the system of precedents in the local court and, with this, help to mitigate the crisis of effectiveness still so present in the justice system.

Keywords: Access to justice; Processes management; Precedent.

LISTA DE SIGLAS

ADR	<i>Alternative Dispute Resolution</i>
AMB	Associação dos Magistrados do Brasil
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEBEPEJ	Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CEJUSC	Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIEST/IPEA	Diretoria de Políticas e Estudos do Estado, das Instituições e da Democracia
EC	Emenda constitucional
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IRDR	Incidente de resolução de demandas repetitivas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEF	Juizados especiais federais
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MASC	Meios alternativos de resolução de controvérsias
MESC	Meios extrajudiciais de resolução de controvérsias
NUGEP	Núcleo de gerenciamento de precedentes
NUGEPNAC	Núcleo de gerenciamento de precedentes e Ações Coletivas
PDRAE	Plano Diretor da Reforma e do Aparato de Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PJE	Processo judicial eletrônico
SIADES	Sistema Unificado de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho dos Servidores da Justiça Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ	Tribunal de Justiça

TJAC	Tribunal de Justiça do Acre
TJBA	Tribunal de Justiça da Bahia
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TJMA	Tribunal de Justiça do Maranhão
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJMS	Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
TJPI	Tribunal de Justiça do Piauí
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF	Tribunal Regional Federal
TRF1	Tribunal Regional Federal da Primeira Região
TRT7	Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região
TRT9	Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região
TRT10	Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região
TRT13	Tribunal Regional do Trabalho da Décima Terceira Região
TRT14	Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quarta Região
TRT16	Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região
TRT19	Tribunal Regional do Trabalho da Décima Nona Região
TRT20	Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Região
TRT21	Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Primeira Região
TRT22	Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Segunda Região

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CRISE DE EFETIVIDADE DO PROCESSO.....	14
2.1 Contexto histórico: identificando possíveis causas da crise de efetividade.....	14
2.2 Acesso à justiça: acesso a ordem jurídica justa e a busca por uma tutela jurisdicional efetiva.....	26
2.3 Acesso à ordem jurídica justa: reformas processuais, legislativas e ampliação dos microssistemas.....	43
3 GERENCIALISMO, GOVERNANÇA E GESTÃO JUDICIAL FACE AO MOVIMENTO DE GESTÃO DE PROCESSOS.....	55
3.1 Gerencialismo.....	55
3.2 Governança Judicial.....	63
3.3 Gestão Judicial.....	71
3.3.1 Breve histórico.....	71
3.3.2 Conceito de gestão judicial: definindo contornos.....	74
3.3.3 Gestão moderna: do New Public Management ao International Framework for Court Excellence.....	81
3.4 Gerenciamento do processo.....	86
3.4.1 Sobre o conceito de gerenciamento do processo.....	86
3.4.2 Os modelos de gerenciamento do processo no estrangeiro e no Brasil.....	90
4 GESTÃO DE PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.....	98
4.1 Gerenciamento do processo x gestão de processos: estabelecendo diferenças	98
4.2 O IRDR como ferramenta de gestão de processos.....	105
4.3 Gestão de processos no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão: a utilização do IRDR pelo tribunal.....	111
5 CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS.....	126